

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES ASSENTADAS: NOVAS IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO?

Mariana Luciano Afonso¹
Rosemeire Aparecida Scopinho²

RESUMO

A importância de estudar relações de gênero se dá pela vigência do patriarcado, enquanto discurso normativo na atualidade, que acarreta diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres. As desigualdades de gênero estão ainda mais presentes no rural, sustentando-se em valores morais e tradições típicas deste contexto social. No entanto, na contramão desses valores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incorpora na luta pela reforma agrária a luta pela igualdade de gênero, entre outras. O MST é um expressivo movimento social do Brasil e tem sido estudado por diferentes áreas do conhecimento, no entanto, existem poucos estudos na área de Psicologia, especialmente quando se trata da temática de gênero. Que representações possuem as mulheres assentadas sobre o seu lugar no assentamento? O presente estudo tem como objetivo principal analisar como se configura a identidade feminina em um assentamento rural organizado pelo MST. Os objetivos específicos são: analisar como o ITESP e a direção do MST definem a identidade da mulher assentada e analisar as representações sociais de um grupo de mulheres assentadas sobre sua participação no assentamento. Com base no referencial da Teoria das Representações Sociais de Moscovici serão realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais e coletivas com as mulheres assentadas, além de análise de cartilhas e documentos do MST e do ITESP e revisão bibliográfica sobre o tema. O assentamento estudado será o Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó, que conta com 10 anos de existência e é composto por 31 famílias.

Palavras-chave: Representações Sociais; identidade feminina; assentamentos rurais; movimento social; relações de gênero.

¹Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, e-mail: eu_ma2@hotmail.com

²Professora Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, e-mail: scopinho@ufscar.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a identidade da mulher em assentamentos de reforma agrária. A importância de estudar esta questão dá-se pela existência do patriarcado enquanto discurso normativo ainda vigente na atualidade, principalmente no mundo rural.

Patriarcado refere-se ao poder do homem enquanto categoria social, e segundo Narvaz & Koller (2006, p.50), é uma forma de organização social na qual as relações são regidas pelos seguintes princípios: as mulheres estão, hierarquicamente, subordinadas aos homens e os jovens estão, hierarquicamente, subordinados aos homens mais velhos. Segundo as autoras, a supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu, então, um maior valor às atividades masculinas em detrimento das femininas, legitimou o controle dos corpos, da sexualidade e da autonomia femininas, estabelecendo assim papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem prerrogativas e vantagens. Segundo as autoras, *“As diversas formas de discriminação e de violência contra as mulheres são manifestação de relações de poder historicamente desiguais”* (p.51).

Consideramos importante, portanto, realizar estudos relacionados à questão de gênero pela existência da opressão das mulheres pelos homens, de desigualdades e discriminações de gênero, mesmo quando a igualdade já foi legalmente conquistada e deveria ser garantida pela justiça.

Em estudo sobre famílias e patriarcado, Narvaz & Koller (2006, p.55) afirmam: *“A despeito das conquistas sociais e legais das mulheres, papéis e relações assentadas em discriminações e desigualdades de gênero permanecem neste novo século e invadem as ciências, as artes, a política; invadem, enfim, a cotidianidade de nossas vidas”*.

A desigualdade de gênero pode, facilmente, ser observada no fenômeno da violência doméstica, que tem as mulheres como principais vítimas (Blay, 2001; Honório, 2003), na baixa participação política das mulheres, que diminui ainda mais quando essas são casadas (Blay, 2001), na divisão sexual do trabalho, nas diferenças salariais entre homens e mulheres (Blay, 2001; Silva e Carbonesi, 2002), no acesso restrito de mulheres chefes de família a políticas públicas (Silva e Carbonesi, 2002), e até mesmo na mídia, que, além de reafirmar papéis sociais distintos para mulheres e homens, exalta a violência de gênero e banaliza e sexualiza o corpo feminino, transformando-o numa mercadoria barata (Blay, 2001).

Sobre as relações de gênero no rural

Sabe-se também que as desigualdades de gênero estão ainda mais presentes no meio rural, sustentando-se em valores morais e tradições que têm maior força nesse meio, onde a estrutura de família patriarcal é aceita mais facilmente, sendo até mesmo reproduzida pelas próprias mulheres. Como consequência disso, as mulheres do rural são mais submetidas à violência física, sexual e psicológica, bem como às situações de exclusão econômica e dificuldades de acesso a políticas públicas, em relação às mulheres urbanas, além de sofrerem ainda mais com a invisibilidade social (Vazques, 2009).

Silva (1997) afirma que o trabalho feminino assalariado no campo, ao invés de ajudar a caminhar para a igualdade entre homens e mulheres, tornou mais visível a discriminação contra as mulheres, sendo que no trabalho como “bóia fria” elas são obrigadas a enfrentar menores salários, maior frequência de não registro de carteira de trabalho do que os homens e assédio sexual por parte dos agentes do controle do trabalho. A autora afirma também que é muito difícil para as trabalhadoras rurais atuar nos sindicatos, pois são consideradas pela maioria dos trabalhadores sindicalistas mais como uma ameaça do que como aliadas, e as poucas trabalhadoras que ingressam em sindicatos não ocupam cargos de presidência. Nem mesmo na cidade de Dobrada, no interior de São Paulo, onde em 1983 as mulheres fundaram um sindicato, neste sindicato o primeiro presidente e os demais foram homens. Ainda segundo a autora, as trabalhadoras rurais não casadas têm maior liberdade em suas atividades do que as casadas, e optaram por não casar justamente para não terem que submeterem-se à dominação imposta pelos homens, e poderem manter essa liberdade.

MST e Relações de gênero

No entanto, na contramão desses valores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de reivindicar a reforma agrária, luta também por um outro modelo de sociedade, com valores muito diferentes dos da sociedade atual. Este outro modelo seria baseado no coletivismo, na cooperação mútua, no fim das desigualdades sociais e também na igualdade de gênero. O MST conta inclusive com um setor de gênero que defende objetivos gerais e específicos, visando uma nova relação entre homens e mulheres. São eles:

“*Objetivos gerais:* a) Levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar a luta de classes. b) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade. c) Contribuir para transformar as relações de gênero no MST para que homens e mulheres sejam de fato sujeitos sociais. d) Motivar a construção de novas relações na família, militância e instâncias, baseadas em valores como respeito, solidariedade, igualdade, companheirismo. *Objetivos específicos:* a) Fortalecer o MST nas suas diversas instâncias e setores. b) Massificar e qualificar a participação das mulheres desde antes do acampamento (na fase de preparação), durante a luta pela terra, nos assentamentos, setores e instâncias. c) Exercer pressão permanente para a construção de novas relações de gênero, baseando-se em novos valores. d) Motivar a construção de um novo jeito de ser família, em que toda a comunidade (núcleos, acampamentos, assentamentos) tenha responsabilidade no processo de educação e formação das crianças e jovens e não apenas os pais biológicos. e) Despertar a mulher para a necessidade de participar das decisões políticas e econômicas, para a importância de assumirem tarefas produtivas e administrativas e serem beneficiadas nos projetos e recursos. f) Fortalecer a auto-estima das mulheres através de atividades de formação específicas. g) Incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural” (MST, 2001, p. 147-148).

Este é um dos motivos pelos quais consideramos importante estudar relações de gênero nos assentamentos organizados por este Movimento. Além disso, a Psicologia tem dado pouca atenção ao rural, tanto como espaço de pesquisa quanto de atuação profissional (Vazques, 2009).

A Psicologia, o rural e o MST

Vazques (2009) ressalta a importância de que a Psicologia comece a se voltar mais às questões subjetivas do rural como um todo e dos assentamentos rurais especificamente, enfatizando que há cerca de um milhão de famílias assentadas no Brasil hoje. Alterações na subjetividade dos trabalhadores e das trabalhadoras têm conseqüências no assentamento como um todo, englobando desde as relações sociais até a produção, melhorando consideravelmente a qualidade de vida dos assentados e assentadas. A autora afirma também que a Psicologia deve chamar a atenção para a mulher e o homem do campo, enfatizando a necessidade de um olhar social para esses sujeitos e suas subjetividades, o que contribuiria para a criação e implementação de políticas públicas voltadas para as suas necessidades específicas.

O MST é o maior movimento social do Brasil e, possivelmente, da América Latina e, se a Psicologia tem dado pouca atenção ao rural, menor ainda é a atenção que ela dá ao MST, realizando uma quantidade muito pequena de estudos sobre ele (Domingues, 2007). Em um levantamento bibliográfico realizado em 2004 por Domingues (2007) foram encontrados apenas 11 trabalhos de pós-graduação de Psicologia sobre o MST, desde o surgimento do Movimento, em 1984.

Em levantamento bibliográfico realizado pelas autoras desse trabalho, sobre trabalhos de pós-graduação de Psicologia sobre o MST nos anos de 2004 até 2008 foram encontrados seis trabalhos, totalizando assim 17 trabalhos de pós-graduação sobre o MST na área de Psicologia.

Desses 17 trabalhos, apenas um aborda diretamente a questão de gênero no Movimento: "Ainda precisamos avançar": os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em SC" (Salvaro, 2004). Este estudo, no entanto, trata especificamente da divisão sexual do trabalho e de como ela é vivida e entendida por assentadas e assentados.

Não foi encontrado, portanto, nenhum estudo que aborde questões de gênero a partir das representações sociais de mulheres assentadas sobre o seu lugar no assentamento, sobre identidade, indicando a necessidade de realizá-los, a fim de nos auxiliar a compreender um pouco melhor as questões de gênero no MST, a partir da perspectiva daquelas que, provavelmente, são as mais afetadas por essas questões e as que menos têm oportunidade de falar sobre as mesmas: as mulheres assentadas.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo principal analisar como se configuram as representações de mulheres assentadas sobre o lugar que elas ocupam em um assentamento rural organizado pelo MST. Como objetivos específicos, temos:

- Analisar como o ITESP define a identidade da mulher da mulher assentada;
- Analisar como a direção do MST define a identidade da mulher assentada;
- Analisar as representações de um grupo de mulheres assentadas sobre a sua participação no assentamento.

Referencial teórico-metodológico

O referencial teórico-metodológico que será utilizado é a Teoria das Representações Sociais. Segundo Moscovici (2005), as representações sociais são uma forma de conhecimento comum a um determinado grupo social e elaborada por ele,

sobre algum objeto relevante. Elas criam o senso comum e a realidade, facilitam a comunicação e fortalecem a identidade entre pessoas de um mesmo grupo que as compartilha, além de direcionar comportamentos. As representações sociais estão presentes em nossas vidas desde a infância, uma vez que nascemos em um mundo rodeado por elas, influenciando, portanto, no nosso desenvolvimento desde muito cedo, fazendo parte do modo como percebemos o mundo e nos posicionamos dentro dele. São as representações sociais de uma mãe (formadas por conceitos e imagens derivados de conversas com outras mães, fontes externas de informação, como televisão ou rádio, e sua própria experiência na escola), por exemplo, que determinarão o significado que essa mãe dará aos comportamentos e choros de sua criança, a forma que ela organizará a atmosfera na qual a criança crescerá e o seu próprio relacionamento com a criança, sendo ainda que a maneira pela qual os pais compreendem a criança influenciará fortemente na formação de sua personalidade e em seus futuros processos de socialização. Assim, as representações sociais são tudo aquilo que temos e nossos sistemas perceptivos e cognitivos são ajustados por elas.

Segundo Moscovici e Nemeth (1974, p.48), *apud* Arruda (2002, p. 137),

“As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...], nem o de uma reação a um estímulo exterior determinado. [...] são sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos [com] um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como opiniões sobre, nem imagens de, mas como "teorias", como "ciências coletivas" *sui generis*, destinadas à interpretação e à construção da realidade”.

Apesar de a teoria das representações sociais ter se consolidado na Psicologia Social com Moscovici, esta teoria deriva de modificações do conceito de representações coletivas, da Sociologia de Durkheim. Por representações coletivas pode-se entender um conjunto de idéias, conhecimentos e crenças (como ciência e religião, por exemplo) que a sociedade teria somado ao longo de sua existência e que seriam transmitidos, para o indivíduo, através de seus antepassados, como uma espécie de herança coletiva (Alexandre, 2004).

Para Moscovici, a herança coletiva transmitida pelos antepassados não se dá de uma maneira determinista e estática, uma vez que, da mesma forma que o indivíduo é

construído pela sociedade, ele também participa, de maneira autônoma e ativa, no processo de construção dessa mesma sociedade. Assim, é importante ressaltar o caráter dinâmico das representações sociais, já que elas estão sujeitas a variadas mudanças, que se dão de acordo com a velocidade das transformações na sociedade onde surgem, se adaptam e desaparecem. Em sociedades tão divididas e mutáveis como a nossa, é comum que representações co-existam (Moscovici, 2005).

Sobre a criação das representações sociais, Sá (1993) descreve que ao universo reificado (expressão criada por Moscovici para referir-se ao universo portador e gerador de um conhecimento específico, como o científico) caberia a função de apresentar uma novidade, que a princípio geraria certo desconforto quando começasse a circular no universo consensual (expressão criada por Moscovici para referir-se aos conhecimentos de “senso-comum” de determinado grupo social), pelo fato de os indivíduos não saberem ainda como lidar com ela. Diante deste desconforto os indivíduos utilizariam seus diálogos e interações sociais cotidianas para tentar restabelecer a antiga ordem perdida. A representação social a respeito de algum objeto ou conceito externo seria então formada quando, este objeto ou conceito novo, trazido pelo universo reificado, fosse assimilado ao conhecimento que as pessoas daquele grupo já possuíam, por meio dos processos de ancoragem e objetivação.

“Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.” (Mosocivi, 2005, p.78)

Depois de serem criadas, entretanto, as representações passam a ter vida própria em relação ao grupo que a construiu, assim como um edifício construído em relação ao seu arquiteto e seus andaimes, circulando na sociedade, atraindo-se e repelindo-se entre elas e dando espaço ao surgimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem, ao passo que transformam-se também as relações que circulam com elas, e nascem e morrem também comportamentos influenciados por elas e que as influenciam (Moscovici, 2005).

A função das representações sociais é tornar familiar algo não-familiar,

“(...) elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram, lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele” (Moscovici, 2005, p. 34).

Isso ocorre porque, no universo consensual, as pessoas desejam se sentir em casa, livres de atritos e conflitos, preferindo, portanto, o que é familiar, e até não aceitando o não-familiar a menos que este traga consigo algum tipo novo de vivência que ajude o diálogo a não morrer por consequência da repetição, é por isso, por exemplo, que pessoas de outras culturas ou com problemas de saúde mental incomodam a muitos: porque não são familiares, porque parecem-se incrivelmente conosco sem, no entanto, serem como nós. E o que caracteriza a não-familiaridade é justamente isso: a presença real de algo ausente; a “exatidão relativa” de um objeto ou acontecimento; o fato de uma pessoa ser semelhante sendo diferente. O diferente causa estranheza e medo, tanto em crianças de seis meses (que fazem uso de jogos para superar esse sentimento e controlar seu objeto) quanto em qualquer adulto, que instintivamente rejeita o que é novo por ameaçar a ordem anteriormente estabelecida. A partir do momento, entretanto, que passamos a compreender e nos acostumar com o diferente, sentimo-nos confortáveis em sua presença e o enxergamos de outra forma, ou seja, a partir do momento em que familiarizamos o que era antes não-familiar, por meio da construção de representações sociais, os nossos valores e sentimentos em relação a ele transformam-se, tornando-se mais agradáveis (Moscovici, 2005).

Segundo Moscovici (2005), as representações sociais são tão importantes e constantes nas nossas vidas a ponto de não haver interações humanas nas quais elas não estejam presentes, pois se existisse uma interação que não fosse psicologicamente representada pelos sujeitos que dela participam, essa interação se resumiria a ações e reações; a trocas empobrecidas. Sempre que encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos a elas, há a presença de representações, pois qualquer tipo de informação que recebemos e à qual tentamos dar um significado está sob o controle delas, assim como o futuro significado que daremos a essa informação.

Alexandre (2004) afirma que, as representações sociais são fenômenos que tem de ser entendidos a partir de seu contexto de produção, e que uma vez que são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, as lutas de representações

teriam tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo consegue ou tenta impor o seu domínio sobre outros, e junto com seu domínio, seus valores e idéias. A representação social, então, enquanto instrumento teórico e objeto de estudo da Psicologia Social, favorece a articulação do psicológico e do social, tornando-se um importante instrumento de entendimento e de transformação da realidade.

Segundo o autor, a contribuição da Psicologia Social no estudo das representações se dá pelo fato de ela enxergá-las e estudá-las simultaneamente como campo socialmente estruturado e núcleo estruturante da realidade social. Ele afirma também que o fundamental da Psicologia Social é o que ela tem de original, que é questionar a separação entre o individual e o coletivo, contestando a dualidade entre o psíquico e o social, sem deixar de compreendê-los como campos interdependentes.

A representação social seria, portanto, um importante instrumento para a Psicologia Social, por ser capaz de articular o psicológico e o social como um processo dinâmico, permitindo a compreensão do pensamento social, ajudando então, a desvendar os mecanismos de funcionamento da elaboração social do real, tornando-se fundamental no estudo das idéias e condutas sociais. Além disso, segundo Bock (1991), uma característica muito importante das representações sociais é que elas permitem conhecimento concreto da consciência, uma vez que são expressão direta dos seus conteúdos.

É por meio delas também que podemos investigar o aspecto simbólico dos relacionamentos humanos e dos universos consensuais em que habitamos, pois só são possíveis as existências e repercussões de quaisquer “cognições”, “motivações” e “comportamentos” se eles significarem algo, sendo que “significar”, por definição, implica que pelo menos duas pessoas devem compartilhar uma linguagem, valores e memórias comuns, sendo isso o que distingue o social do individual. Dizer que as representações são sociais é o mesmo que dizer que são simbólicas, possuindo elementos cognitivos e perceptivos, e é por isso que elas constituem um mecanismo psicológico e que seus conteúdos são tão importantes (Moscovici, 2005).

“Por intermédio do aporte teórico da representação social, torna-se possível penetrar no cotidiano dos indivíduos, considerando seus valores e identidades culturais, buscando suas verdadeiras raízes e origens, proporcionando o descobrimento de aspectos antigos e novos de sua identidade” (Alexandre, 2004, p. 130).

Uma vez compartilhada por todos os indivíduos de uma dada comunidade e reforçada pela tradição, uma representação social constitui uma realidade social, e, conforme as pessoas não pensem criticamente sobre ela, e sua origem for esquecida, mais fossilizada ela se tornará, e o que era dinâmico, plástico e mutável tornar-se-á enraizado, estático e imutável. A tarefa mais importante da Psicologia Social seria então estudar profundamente essas representações, suas origens, propriedades e impactos (Moscovici, 2005).

Silva (1997) afirma que:

“É bom salientar que a individualização do trabalho não provocou a igualdade nas relações entre homens e mulheres, e nem a inversão na estrutura de poder. A independência econômica feminina não representou o término das desigualdades entre homens e mulheres porque elas não se resumem à esfera econômica e material. Estão presentes na cultura, nas idéias, nos símbolos, na linguagem, no imaginário; enfim, formam um conjunto de representações sociais que impregnam as relações” (p. 563).

Ressalta-se assim a importância de estudar as representações sociais a fim de compreender melhor as relações de gênero e a constituição da identidade da mulher assentada. Para analisar essas representações sociais, entretanto, consideramos importante analisar também como o ITESP e a direção do MST definem a identidade da mulher assentada, pois acreditamos que essas definições podem atuar como um “universo reificado” e influenciar na construção das representações sociais dessas mulheres.

Sobre a escolha do assentamento a ser estudado

O assentamento estudado será o Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó, que conta com 10 anos de existência, é composto por 31 famílias, produz majoritariamente produtos orgânicos, cuja produção é coordenada por uma associação da qual participam quase todos os assentados e assentadas (Associação Guilherme Esteca Duarte dos Biodinâmicos da Reforma Agrária da Região de Sorocaba) e é de responsabilidade do ITESP.

O critério utilizado para a escolha do assentamento foi o da participação de mulheres no projeto do assentamento, a facilidade de acesso das pesquisadoras e a disposição das assentadas em participar da pesquisa.

Considerações finais

Espera-se, com a apresentação desse trabalho neste Simpósio, realizar uma reflexão teórica sobre o tema, e apresentar os objetivos e expectativas desse estudo.

Além disso, ao estudarmos um pouco o MST e a identidade e subjetividade deste sujeito historicamente excluído que é a mulher do campo, a mulher assentada, fazemos uma tentativa de aproximar a Psicologia a ela e aos movimentos sociais, e esperamos chamar a atenção para a necessidade de um olhar social sobre ambos.

Bibliografia:

ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*, Rio de Janeiro, v.10, nº 23, p. 122-138, jul/dez 2004.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 117, p. 127-147, nov. 2002.

BLAY, E. A. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista da USP*, São Paulo, nº 49, p. 82-97, março/abril/maio/2001.

BOCK, A. M. B. Eu caçador de mim: pensando a profissão de psicólogo. In SPINK, M. J. (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 280-291.

BRELAZ, W. M. Os Sobreviventes do massacre de Eldorado do Carajás: um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana, Tese de Mestrado em Direito, Universidade da Amazônia, Amazônia, 2005.

CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. Análise de documentos: Método de recolha e análise de dados. *Metodologia da Investigação I*, Lisboa, p. 1-13, 2004/2005.

Disponível em:<<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>

CASTRO, P. Pensar a natureza e o ambiente - alguns contributos a partir da Teoria das Representações Sociais. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.8, nº 2, p. 263-271, maio/ago. 2003.

DOMINGUES, E. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.12, nº 3, p. 573-582, set./dez. 2007.

HONÓRIO, R. G. Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 13/14, p. 147-159, 2005.

JANATA, N. E. Juventude, gênero, trabalho e cultura lúdica do/nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “fuxicos” construídos no campo de investigação, Tese de Mestrado em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. A militância em movimento: amizade e maquinação de modos de existência no MST, Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MARTINS, F. H. A.; COSTA-ROSA, A. Subjetividades insurgentes: pesquisas em saúde mental e direitos humanos no MST, Tese de Mestrado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2008.

MENEGAZZI, S. T.; SANTIAGO, A. R. F. Movimentos sociais, educação e psicanálise: um estudo sobre o fracasso escolar como um sintoma social, Tese de Mestrado em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2005.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais Investigações em psicologia social* – Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. 404 pág.

MST. *Construindo caminho*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2001. 247 pág.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.18, nº 1, p. 49-55, jan./abr. 2006.

SÁ, C.P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Petrópolis: Ed. Uerj, 1998. 106 pág.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In SPINK, M. J. (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 19-45.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M.C.S. “Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em SC, Tese de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SALVARO, G. I. J. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, nº1, p. 321-330, jan/abr 2003.

SANTOS, M. A. C.; SAWAIA, B. B. Tornando-se um assentado rural do MST: Uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo, Tese de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SCHWENDLER, S. F.; ZANETTI, M. A.; POLLA, R. E. As relações de gênero no cotidiano das famílias assentadas e o processo de alfabetização de jovens e adultos. In: II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais:

identidade, diferença e mediação, Florianópolis- SC, 2003. Anais do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença e mediação. Florianópolis: UFSC, p. 1-11, 2003.

SILVA, C. B.; CARBONESI, M. A. R. M. A mulher no contexto das políticas públicas nacionais, In Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto\MG: ABEP, 2002.

SILVA, M. A. M. De colona a bóia-fria. In PRIORE, M. D. (Org.), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.554-577.

VAZQUES, G. C. F. A psicologia na área rural: os assentamentos de reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, ano 29, n.4, p. 856-867, mês. 2009.

WOLFF, E. A.; RIBEIRO, M. Fundamentos psicossociais da formação de educadores do campo, Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.